

MDIC

Balança: menor superávit de julho em 3 anos

Pressionada pela queda no preço de diversas commodities (bens primários com cotação internacional) e pelo aumento das importações, a balança comercial registrou o superávit mais baixo para meses de julho em três anos. No

mês passado, o país exportou US\$ 7,075 bilhões a mais do que importou — uma queda de 6,3% em relação ao registrado no mesmo mês de 2024. Os números foram divulgados ontem pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Co-

mércio e Serviços (MDIC). O superávit em julho é o menor desde 2022, quando o resultado positivo ficou em US\$ 5,357 bilhões. A balança comercial acumula superávit de US\$ 36,982 bilhões nos sete primeiros meses de 2025. [PÁGINA 2](#)

Cardeal Tempesta

PEREGRINOS
PORQUE
CHAMADOS

PÁGINA 3

CONGRESSO

Senado terá sessão remota; Motta ameaça bolsonaristas

Os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reagiram às ações da oposição bolsonarista para impedir o funcionamento das duas Casas em meio à pressão pela aprovação do PL da Anistia e do impeachment do ministro Alexandre de Moraes. Hugo Motta anunciou que deputados que impedirem votações serão suspensos do mandato. Enquanto isso, Davi Alcolumbre determinou a realização de sessão remota do Senado hoje, às 11h. "Não aceitarei intimidações nem tentativas de constrangimento à Presidência do Senado. O Parlamento não será refém de ações que visem desestabilizar seu funcionamento", afirmou Alcolumbre. A sessão remota de hoje, será feita para votar a medida provisória que aumenta a isenção do imposto de renda para até dois salários mínimos. "A decisão tem por objetivo garantir o funcionamento da Casa e impedir que a pauta legislativa, que pertence ao povo brasileiro, seja paralisada. (...) A democracia se faz com diálogo, mas também com responsabilidade e firmeza", escreveu. A nota de Alcolumbre vem depois de uma reunião realizada com líderes partidários para debater uma reação à obstrução feita por senadores da oposição. Parlamentares aliados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ocuparam a Mesa Diretora do Senado depois da decretação da prisão domiciliar do ex-presidente. [PÁGINA 5](#)

COMÉRCIO EXTERNO

Brasil recorre à OMC contra tarifação dos Estados Unidos

O governo brasileiro acionou a Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as medidas tarifárias impostas pelos Estados Unidos contra produtos produzidos no Brasil. Na avaliação do Itamaraty, os EUA "violaram flagrantemente" compromissos assumidos com a própria OMC. "Ao impor as citadas medidas, os EUA violam flagrante-

mente compromissos centrais assumidos por aquele país na OMC, como o princípio da nação mais favorecida e os tetos tarifários negociados no âmbito daquela organização", informou, por meio de nota, o Ministério das Relações Exteriores. O documento enviado à OMC é um pedido de consultas aos EUA. [PÁGINA 3](#)

ENTREVISTA

RICARDO STUCKERT/ABRASIL



GABRIEL GALÍPOLO

Pix deve continuar sob gestão pública

O Pix é estratégico e deve permanecer sob gestão pública, disse ontem o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo. Em evento voltado para o setor de criptoativos, no Rio de Janeiro, ele declarou que falsas narrativas procuram prejudicar uma das infraestruturas mais importantes do Brasil. "O Pix se revela uma infraestrutura estratégica e crítica para o país. É uma segurança para o país que ele possa ser gerenciado e administrado pelo Banco Central", afirmou. Para Galípolo, a manutenção da

administração pública do Pix é importante para impedir conflitos de interesses, caso o sistema fosse gerido por empresas privadas. "É muito importante que o Pix permaneça e vai permanecer como uma infraestrutura pública digital que foi desenvolvida pelo BC. Se a gente tivesse qualquer tipo de incumbente sendo gestor do Pix, vocês imaginam os conflitos de interesse que a gente poderia ter a cada decisão de se incluir ou retirar um novo participante do sistema?", comentou Galípolo. [PÁGINA 3](#)

INDICADORES

IBOVESPA 1,04% / 134.537,62 / 1.386,32 / Volume: 22.210.344.014 / Negócios: 3.655.803									Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	GP-M	-1,65% (jun.)	EURO turismo					
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	0,26% (jun.)	Compra: 6,4509 Venda: 6,6309					
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.										
COGNA ON ON NM	2,82	+1,81%	+0,05	RAIADROGASILON NM	17,80	+18,67%	+2,80	GRUPO TOKY ON NM	1,130	-12,40%	-0,160	S&P 500	6.345,06	+0,73%	15%	(18/06)	14,90%	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,4802	-0,58%	
RAIADROGASILON NM	17,80	+18,67%	+2,80	ETERNIT ON NM	4,47	+13,16%	+0,52	BRASKEM PNB N1	7,86	-10,78%	-0,95	NASDAQ Composite	21.169,423	+1,21%				DÓLAR comercial	Compra: 5,4625	Venda: 5,4631	
AMBEV S/A ON	2,48	+0,97%	+0,12	PANATLANTICAPN	34,66	+10,00%	+3,15	P.ACUCAR,CBDON NM	3,03	-10,36%	-0,35	Nasdaq 100	23.315,043	+1,29%	0,1760%						
ITAUNIBANCOPN EJ N1	36,14	+1,26%	+0,45	MUNDIAL ON	18,22	+9,89%	+1,64	PADETEC ON NM	1,02	-6,42%	-0,07	Euronext 100	1.561,85	+0,16%							
BRASIL ON NM	18,70	+0,43%	+0,08	ESTRELA PN	4,50	+9,76%	+0,40	TC ON NM	6,850	-6,16%	-0,450	CAC 40	7.629,07	+0,11%	0,6769%						

MERCADOS



Bolsa sobe 1% com Itaú e balanços, e tem melhor série desde de junho

LUÍS EDUARDO LEAL E AMÉLIA ALVES/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) voltou a testar a linha dos 135 mil pontos durante a sessão, algo que não ocorria desde 24 de julho, e conseguiu retomar a marca de 134 mil pontos em fechamento, atingindo assim seu maior nível de encerramento desde o último dia 23, há duas semanas. Ontem o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou dos 133.169,04 até os 135.240,61 pontos, ao fim em alta de 1,04%, aos 134.537,62 pontos, com giro a R\$ 22,2 bilhões ontem. Na semana, o Ibovespa sobe 1,59% e, no mês, avança 1,1% no agregado de quatro sessões. No ano, a alta é de 11,85%.

Um ganho diário na casa de 1% também não era visto na B3 desde 3 de julho, nesta quarta, mais de um mês. Foi também a terceira alta consecutiva para o Ibovespa, o que não acontecia desde o intervalo entre 10 e 12 de junho, há quase dois meses.

Entre os grandes bancos, destaque neste meio de semana para a alta de Itaú PN (+1,26%), o principal papel do setor financeiro, impulsionado pelo balanço do segundo trimestre, muito bem recebido pelos investidores.

Com lucro recorde para o período, maior rentabilidade entre seus pares, tendências sólidas para as margens, crédito crescendo e inadimplência controlada, a ação do banco foi destaque de alta e, pelo peso no Ibovespa, foi contraponto importante ao desempenho negativo de Vale no fechamento.

O comando do Itaú sinalizou também que, com capital excedente, distribuirá dividendos adicionais no começo

de 2026, reportam os jornalistas Altamiro Silva Junior e Cynthia Declodt, da Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Com a guinada do positivo ao negativo para o Brent e o WTI no início da tarde - a quinta perda seguida para as duas referências, em meio a receios quanto ao nível de oferta da commodity -, Petrobras sustentou leve ganho na PN (+0,12%), mas devolveu a alta da ON (-0,23%) no fechamento. Vale ON, por sua vez, recuou nesta quarta 0,63%, impedindo que o ganho do Ibovespa fosse maior na sessão, assim como a perda de força em Petrobras do meio para o fim da tarde.

Na ponta vencedora do índice da B3, RD Saúde (+18,67%), após a divulgação do balanço trimestral. O papel da rede farmacêutica liderou as negociações da B3 na sessão em volume de negócios. Na visão do Santander, a companhia parece ter "atingido o fundo do poço" nas margens no primeiro semestre, abrindo espaço para revisões positivas de lucro. Destaque também para MRV (+7,24%) e Minerva (+6,28%). Na ponta oposta, Pão de Açúcar (-10,36%), Raízen (-2,9%) e SLC Agrícola (-2,43%).

DÓLAR

O dólar apresentou queda firme ontem, acompanhando a onda de desvalorização global da moeda americana.

Afora uma alta pontual e limitada na primeira hora de negócios, o dólar operou em baixa no restante do pregão. Com mínima a R\$ 5,4591, terminou a sessão em queda de 0,78%, a R\$ 5,4632 - abaixo do nível de R\$ 5,50 pela primeira vez desde 8 de julho (R\$ 5,4458).

CASO USIMINAS

Cade dá cinco dias para apuração de multa devida pela CSN

FLÁVIA SAID/AE

O tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) reconheceu ontem, que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) cumpriu as obrigações determinadas pelo órgão, ao reduzir sua fatia na Usiminas, e estabeleceu o prazo de cinco dias corridos, a contar desta quarta (data do julgamento), para apuração da multa devida.

O cálculo será feito por uma área técnica da Superintendência-Geral (SG) do órgão antitruste, que deverá considerar nesta apuração os parâmetros da decisão judicial do Tribunal Regional Federal da 6ª região (TRF-6), garantindo o contraditório e a ampla defesa. Apurado o valor da multa, ele ainda será submetido à apreciação do tribunal do Cade, que irá avaliar se a multa será ou não aplicada à CSN.

Em sessão ontem, o tribunal, por maioria, conheceu os embargos de declaração da Usiminas no ato de concentração que envolve a empresa e a CSN, nos

termos do voto divergente de Victor Fernandes. Foi vencido o relator, o presidente Gustavo Augusto Freitas de Lima, que recomendou não conhecer os recursos, e o conselheiro Carlos Jaques, que seguiu o voto do relator. Apesar de conhecidos os embargos, eles foram considerados prejudicados.

Ao anunciar o processo, o presidente Gustavo Augusto interrompeu a sessão por alguns minutos citando uma "mudança do ato fático" nos últimos dias. Na terça, 5, a CSN informou que alienou 36.235.837 de ações ordinárias e 472.200 ações preferenciais de emissão da Usiminas para a Vera Cruz Fundo de Investimentos.

Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nesta quarta, a siderúrgica destaca que, desta forma, reduziu sua participação no capital social da Usiminas, de forma direta e indireta, para 4,99% das ações ordinárias e 4,99% das ações preferenciais, ou 4,99% do total do capital social.

COMÉRCIO EXTERNO

Balança tem menor superávit para mês de julho em 3 anos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Pressionada pela queda no preço de diversas commodities (bens primários com cotação internacional) e pelo aumento das importações, a balança comercial registrou o superávit mais baixo para meses de julho em três anos. No mês passado, o país exportou US\$ 7,075 bilhões a mais do que importou - uma queda de 6,3% em relação ao registrado no mesmo mês de 2024.

Os números foram divulgados ontem pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O superávit em julho é o menor desde 2022, quando o resultado positivo ficou em US\$ 5,357 bilhões.

A balança comercial acumula superávit de US\$ 36,982 bilhões nos sete primeiros meses de 2025. O valor representa queda de 24,7% em relação aos mesmos meses do ano passado e é o pior para o período desde 2020, quando houve superávit de US\$ 29,896 bilhões.

Parte do recuo no valor acumulado ocorreu porque a balança comercial teve déficit de US\$ 471,6 milhões em fevereiro, motivado pela importação de uma plataforma de petróleo.

COMÉRCIO EXTERIOR RECORDE

Tanto as exportações como

as importações bateram recorde no mês passado, mas as compras do exterior cresceram ainda mais. Em julho, o país exportou US\$ 32,310 bilhões, alta de 4,8% em relação ao registrado no mesmo mês do ano passado. As importações somaram US\$ 25,236 bilhões, alta de 8,4% na mesma comparação.

Ao analisar a quantidade exportada e os preços médios, o volume de mercadorias exportadas subiu 7,2%. Os preços, no entanto, recuaram 2,1%, em média, na comparação com o mesmo mês do ano passado, refletindo a queda no valor das commodities (bens primários com cotação internacional). Nas importações, a quantidade comprada subiu 7,9%, impulsionada pelo crescimento econômico, mas os preços médios recuaram 0,2%.

SETORES

No setor agropecuário, a queda na quantidade vendida pesou mais para o leve crescimento de 0,3% nas exportações do segmento. O volume de mercadorias embarcadas caiu 2% em julho, na comparação com o mesmo mês de 2024, enquanto o preço médio subiu 3,3%.

Na indústria de transformação, a quantidade subiu 10,3%, com o preço médio caindo 1,6%, o que refletiu uma certa recuperação econômica na Argentina,

o maior comprador de bens industrializados do Brasil.

Na indústria extrativa, que engloba a exportação de minérios e de petróleo, a quantidade exportada subiu 13,1%, enquanto os preços médios recuaram 8,1%, fruto da desaceleração econômica na China e do acirramento da guerra comercial por parte do governo de Donald Trump.

PRODUTOS

Do lado das exportações, as de soja, principal produto da agropecuária, cresceram 1,2% em relação a julho do ano passado, por causa da concentração de embarques que fez o volume vendido subir 9%. Os preços médios, no entanto, recuaram 7,1%.

A alta do preço do café continuou a segurar o crescimento das exportações agrícolas. O valor exportado crescer 25,4% em julho, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Apesar da queda de 20,4% no volume embarcado, os preços médios subiram 57,5% no mesmo período.

Segundo produto de exportação do agronegócio, o milho teve desempenho negativo. Por causa do fim da safra, as exportações caíram 27,2% em relação a julho do ano passado. O preço médio subiu 6,3%, mas o volume embarcado recuou 31,5%.

Na indústria extrativa, as vendas de petróleo subiram 8,1%, após meses de queda. Isso ocorreu porque o volume vendido subiu 17,6%, compensando a queda de 8% na cotação do barril. As exportações de minério de ferro recuaram 8,8%. Apesar de a quantidade ter subido 4,7%, os preços caíram 12,9%.

Do lado das importações, as aquisições de motores e máquinas não elétricos; adubos e fertilizantes; e combustíveis puxaram o crescimento. A maior alta ocorreu com os motores, cujo valor comprado aumentou US\$ 325,2 milhões (+43,9%) em julho na comparação com julho do ano passado.

ESTIMATIVA

Segundo as estimativas mais recentes do MDIC, divulgadas em abril, o superávit deverá ficar em US\$ 50,4 bilhões, queda de 32% em relação a 2024. A próxima projeção será divulgada em outubro. As estimativas serão revistas, porque não consideram a tarifa de 50% sobre os produtos brasileiros nos Estados Unidos.

As previsões estão mais pessimistas que as do mercado financeiro. O boletim Focus, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit de US\$ 65,25 bilhões neste ano.

IMPOSTO

STF tem maioria para manter Cide sobre remessas ao exterior

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem cinco votos para manter a incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre o envio de remessas ao exterior a título de remuneração de contratos que envolvam uso de tecnologia estrangeira. Mas ainda há divergências sobre as hipóteses de incidência, ou seja, se a cobrança se restringe à importação de tecnologia ou se abrange a remuneração de direitos autorais ou exploração de software, por exemplo. O julgamento foi sus-

penso por pedido de vista do ministro Kássio Nunes Marques, que se comprometeu a devolver o caso para análise dos colegas na próxima quarta-feira.

Até o momento, quatro ministros (Flávio Dino, Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes) defenderam a manutenção da cobrança como é feita hoje, abrangendo não só pagamentos de contratos envolvendo tecnologia estrangeira como também empresas que prestem serviços técnicos ou administrativos.

Por outro lado, o relator, Luiz Fux, votou para invalidar a inci-

dência da Cide sobre contratos que não tenham relação com elaboração de tecnologia. De acordo com o seu voto, a remuneração de direitos autorais, incluindo licença de software e serviços jurídicos e administrativos, não pode sofrer incidência da contribuição, como ocorre hoje. Fux foi acompanhado pelo ministro André Mendonça.

O caso é um dos mais relevantes para a União do ponto de vista fiscal. A Receita Federal estima um impacto de R\$ 19,6 bilhões para os cofres públicos, caso seja obrigada a devolver os valores cobrados nos últimos

cinco anos, e mais R\$ 4 bilhões ao ano em relação ao futuro.

A Cide é um tributo federal que incide sobre valores pagos a residentes no exterior a título de remuneração de contratos que envolvam licenças de uso e transferência de tecnologia, serviços técnicos ou royalties. A contribuição foi criada com o objetivo de estimular o desenvolvimento tecnológico brasileiro por meio da oneração da tecnologia estrangeira. A arrecadação é destinada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

BANCO CENTRAL

Fluxo cambial total em 2025, até 1º de agosto, é negativo em US\$ 14,224 bi

CÍCERO COTRIM/AE

O fluxo cambial do Brasil ficou negativo em US\$ 14,224 bilhões em 2025, até o dia 1º de agosto, segundo dados preliminares divulgados pelo Banco Central ontem. O canal financeiro acumulou saída líquida de US\$ 48,781 bilhões. O comercial tem entrada líquida de US\$ 34,557 bilhões.

O segmento financeiro teve compras de US\$ 329,451 bilhões e vendas de US\$ 378,232 bilhões no período. Esse canal inclui investimentos diretos e em carteira, re-

messas de lucro, pagamento de juros e outras operações.

O canal comercial teve importações de US\$ 136,457 bilhões e exportações de US\$ 171,014 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US\$ 19,808 bilhões em adiantamento de contrato de câmbio (ACC), US\$ 42,651 bilhões em pagamento antecipado (PA) e US\$ 108,556 bilhões em outras operações.

MENSAL

De acordo com os dados preliminares do BC, o fluxo cambial do

Brasil foi negativo em US\$ 301 milhões no acumulado de julho. O canal financeiro teve saída líquida de US\$ 9,247 bilhões. O canal comercial, entrada de US\$ 8,947 bilhões. O segmento financeiro teve compras de US\$ 43,927 bilhões e vendas de US\$ 53,174 bilhões.

O canal comercial teve importações de US\$ 20,292 bilhões e exportações de US\$ 29,239 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US\$ 2,928 bilhões em adiantamento de contrato de câmbio, US\$ 5,892 bilhões em pagamento antecipado e US\$ 20,419 bilhões

em outras operações.

SEMANAL

O fluxo cambial do Brasil foi positivo em US\$ 2,010 bilhões na semana passada, segundo dados preliminares divulgados pelo Banco Central. O canal financeiro teve saída líquida de US\$ 1,605 bilhão entre 28 de julho e 1º de agosto. O comercial, saldo positivo de US\$ 3,616 bilhões.

O segmento financeiro teve compras de US\$ 9,878 bilhões e vendas de US\$ 11,483 bilhões no período.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS



ACESSE NOSSO SITE

COMÉRCIO EXTERNO

Brasil aciona OMC contra tarifaço dos Estados Unidos

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O governo brasileiro acionou a Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as medidas tarifárias impostas pelos Estados Unidos contra produtos produzidos no Brasil. Na avaliação do Itamaraty, os EUA “violaram flagrantemente” compromissos assumidos com a própria OMC.

“Ao impor as citadas medidas, os EUA violam flagrante-

mente compromissos centrais assumidos por aquele país na OMC, como o princípio da nação mais favorecida e os tetos tarifários negociados no âmbito daquela organização”, informou, por meio de nota, o Ministério das Relações Exteriores.

O documento enviado à OMC é um pedido de consultas aos EUA, instrumento instituído com o propósito de viabilizar, às partes, uma solução negociada para a disputa antes do eventual

estabelecimento de um painel. Trata-se, portanto, de uma primeira etapa formal no âmbito do sistema de solução de controvérsias na OMC.

Nesse documento, o governo brasileiro voltou a reiterar sua disposição para negociação. Ele espera que as consultas contribuam para uma solução para a questão. A data e o local das consultas deverão ser acordados entre as duas partes nas próximas semanas.

TRUMP

No mês passado, o presidente Donald Trump anunciou tarifas mais altas para produtos importados do Brasil como retaliação pelo processo de tentativa de golpe de Estado ao qual o ex-presidente Jair Bolsonaro responde na Justiça.

Na prática, as tarifas de 50% para vários produtos brasileiros inviabilizam a comercialização desses produtos com os Estados Unidos.

GABRIEL GALÍPOLO

Presidente do BC diz que Pix deve continuar sob gestão pública

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Pix é estratégico e deve permanecer sob gestão pública, disse ontem o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo. Em evento voltado para o setor de criptoativos, no Rio de Janeiro, ele declarou que falsas narrativas procuram prejudicar uma das infraestruturas mais importantes do Brasil.

“O Pix se revela uma infraestrutura estratégica e crítica para o país. É uma segurança para o país que ele possa ser gerenciado e administrado pelo Banco Central”, afirmou.

Para Galípolo, a manutenção da administração pública do Pix é importante para impedir conflitos de interesses, caso o sistema fosse gerido por empresas privadas.

“É muito importante que o Pix permaneça e vai permanecer como uma infraestrutura pública digital que foi desen-

volvida pelo Banco Central. Se a gente tivesse qualquer tipo de incumbente sendo gestor do Pix, vocês imaginam os conflitos de interesse que a gente poderia ter a cada decisão de se incluir ou retirar um novo participante do sistema?”, comentou o presidente do BC.

Galípolo lamentou que o sistema de transferências instantâneas em funcionamento desde 2020 tenha se tornado alvo de fake news. “Infelizmente, a gente está num momento onde, muitas vezes, as coisas são complexas de compreender e elas são capturadas por algum tipo de debate onde as versões podem ser muitas vezes mais interessantes do que os fatos”, afirmou.

INCLUSÃO FINANCEIRA

O presidente do BC destacou os avanços sociais promovidos pelo Pix. Ele ressaltou que a ferramenta facilita a in-

clusão financeira, ao ampliar o acesso da população à infraestrutura bancária. Atualmente, ressaltou Galípolo, o Pix tem 858 milhões de chaves cadastradas, com 250 milhões de transações diárias, em média.

O presidente do BC negou qualquer rivalidade entre o Pix e os outros meios de pagamento. Segundo ele, a ferramenta não está provocando prejuízos aos bancos porque as transações com cartões de crédito e de débito aumentaram mais nos últimos anos do que cresciam antes do Pix.

“Os cartões de débito, pré-pago e, em especial, os de crédito, apresentam uma taxa de crescimento maior do que antes do advento do Pix. O que elimina qualquer ideia de rivalidade ou de que um estaria canibalizando o outro, a partir de alguma lógica que possa tentar ser apresentada”, destacou.

De 2020 a 2024, o número de transações com cartões de crédito subiu 20,9%. Nos dez anos anteriores, de 2009 a 2019, a taxa de crescimento estava em 13,1%.

INVESTIGAÇÃO

Desde o mês passado, o Pix está incluído na investigação comercial dos Estados Unidos contra o Brasil. Por meio do Escritório do Representante de Comércio dos EUA, o governo de Donald Trump pediu esclarecimentos ao Brasil se o Pix impõe barreiras ao comércio e a instituições financeiras estadunidenses.

O órgão quer investigar se as práticas brasileiras ligadas ao comércio digital e a tarifas preferenciais são “irracionais ou discriminatórias”. Para o escritório, o Brasil pode prejudicar a competitividade de empresas norte-americanas de comércio e serviços de pagamento eletrônico.

BLOCO

Lula quer debate com Brics sobre possível resposta conjunta a tarifaço

GEOVANI BUCCI E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem, em entrevista à Reuters, que planeja ligar para os líderes do Brics para debater a possibilidade de uma resposta conjunta do grupo ao tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Lula afirmou que primeiro vai ligar para o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, e para o presidente da China, Xi Jinping.

Além de Brasil, China e Índia, também integram o grupo Brics, que reúne economias emergentes, a África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia, Irã e Rússia

Segundo Lula, a ideia é construir uma posição unificada entre os países emergentes diante do que considera uma "ação abusiva" do governo Trump.

"Vou tentar fazer uma discussão com eles sobre como é que cada um está dentro da situação, qual é a implicação que tem em cada país, para a gente poder tomar uma decisão", disse Lula. "É importante lembrar que o Brics tem dez países no G-20", referindo-se ao grupo que reúne 20 das maiores economias do mundo.

Ele também anunciou que conversará com Modi nesta quinta-feira, 7, e que pretende organizar uma missão empresarial à Índia nos próximos meses para expandir mercados.

Nesse sentido, o presidente reforçou que suas relações internacionais não têm base ideológica, mas são construídas em torno de interesses estratégicos e econômicos.

Segundo ele, o diálogo com diferentes chefes de Estado - independentemente de espetros políticos - tem como objetivo central gerar benefícios concretos para os países envolvidos. A sinalização vem num momento de forte tensão comercial com os EUA e de reaproximação com países asiáticos como a China, após o governo de Jair Bolsonaro (PL).

Apesar das críticas à nova postura de Trump na economia e ao impacto das tarifas sobre o Brasil, Lula reafirmou que pretende convidar pessoalmente o presidente norte-

americano para a COP-30, marcada para novembro de 2025 em Belém (PA).

Segundo ele, a conferência climática precisa incluir todos os atores globais relevantes. "Ele não pode ficar de fora", disse em meio ao clima diplomático deteriorado.

"Trump está jogando fora a oportunidade de conversar com presidente mais democrático da América Latina", disse Lula. "Se Trump soubesse que eu gosto de conversar, ele já teria conversado comigo."

Ontem, entrou em vigor a tarifa adicional de 40% sobre produtos brasileiros, que se soma à tarifa recíproca de 10%, totalizando 50%. A Casa Branca, no entanto, excluiu da sobretaxa 694 itens, como aviões da Embraer, suco de laranja e petróleo.

Nota

C&A: LUCRO LÍQUIDO SOMA R\$ 200 MILHÕES NO 2º TRIMESTRE, ALTA ANUAL DE 138,9%

A C&A reportou lucro líquido de R\$ 200,3 milhões no segundo trimestre deste ano, crescimento de 138,9% em relação a igual período de 2024. Além do desempenho ter sido impulsionado por aumento de vendas e controle de despesas, a companhia também atribuiu o resultado à alienação da carteira legado referente à parceria com o Bradescard. Com o encerramento da parceria, firmada em 2009 com o banco do Bradesco e a Bradescard, a C&A diz que conclui um pilar estratégico do IPO relacionado a recompra dos direitos de ofertar produtos e serviços financeiros por R\$ 650,6 milhões, além da alienação da carteira remanescente do cartão bandeirado por R\$ 170 milhões. O Ebitda ajustado (pré IFRS-16) alcançou R\$ 315,9 milhões no período, um resultado 29,8% superior ao registrado no segundo trimestre de 2024. A expansão da margem bruta de mercadorias no trimestre e os melhores níveis de perdas líquidas de recuperação contribuíram com o resultado.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Mês das Vocações 2025
PEREGRINOS
PORQUE CHAMADOS

“A esperança não decepciona porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações” (Rm 5,5)

O mês de agosto é um mês temático, tempo especial para a Igreja no Brasil, pois celebramos o Mês Vocacional. Em cada domingo deste mês, recordamos uma vocação específica: no primeiro domingo, a vocação ao ministério ordenado; no segundo domingo, a vocação ao matrimônio, à família e o Dia dos Pais; no terceiro domingo, a vocação à vida religiosa e consagrada; no quarto domingo, o ministério laical e no quinto domingo a vocação dos catequistas.

Todos os batizados são chamados por Deus a uma vocação específica. Para descobrirmos qual é a nossa, precisamos cultivar intimidade com o Senhor por meio da oração. É no silêncio da oração que Ele nos revela a vocação com a qual mais nos identificamos. O importante é que o cristão católico não viva uma fé superficial, apenas frequentando a missa aos domingos e indo embora, mas assuma algum compromisso pastoral. Vale lembrar que, no batismo, fomos chamados a ser sacerdotes, profetas e reis, além de sal da terra e luz do mundo.

Além das vocações mencionadas, existem muitos outros ministérios e serviços que podemos assumir em nossas comunidades, como o ministério de leitores, da música, da acolhida, a pastoral da ação social, entre outros. Tudo o que exercemos na Igreja não deve ser motivo de vanglória ou busca de reconhecimento humano. O serviço prestado à Igreja deve ser gratuito, oferecido com alegria e espírito de doação, buscando, antes de tudo, agradar a Deus.

Ao longo do ano litúrgico, temos diversas celebrações especiais que motivam os fiéis e estimulam a participação ativa da comunidade. Em agosto, celebramos o Mês Vocacional; em setembro, o Mês da Bíblia; em outubro, o Mês do Rosário e das Missões; em maio, o Mês Mariano. Além disso, temos os tempos fortes da liturgia: Quaresma, Páscoa, Advento e Natal. O centro de todo o calendário litúrgico é Cristo, e, em cada missa, recordamos sua paixão, morte e ressurreição. Essas celebrações especiais nos aproximam do mistério pascal, razão de ser da nossa fé.

Neste ano de 2025, a Igreja no Brasil celebra a 44ª edição do Mês Vocacional, aproveitando a ocasião para realizar uma grande campanha de animação vocacional em todas as comunidades espalhadas pelo nosso país. Temos, ainda, um motivo a mais para celebrar: vivemos o Ano Jubilar da Esperança, um Ano Santo convocado pelo saudoso Papa Francisco.

O tema proposto para o Mês Vocacional de 2025 é: “Peregrinos porque chamados”.

O lema, retirado da Carta de São Paulo aos Romanos, é:

“A esperança não decepciona, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações” (Rm 5,5).

O tema e o lema estão intimamente ligados ao Ano Jubilar. Somos peregrinos neste mundo, a caminho da vida eterna, e é o próprio Deus quem nos chama. A esperança, fundamento deste ano jubilar, deve também sustentar toda vocação. Mesmo nas dificuldades, somos chamados a não desanimar, a confiar no amor de Deus por nós e a perseverar na oração.

O Papa exorta todos, especialmente os vocacionados, a contemplar os sinais de esperança presentes no mundo. Sinais nem sempre palpáveis, mas reais: a paz, a vida e sua transmissão, os encarcerados, os enfermos, os jovens, os migrantes, os fragilizados, os idosos e os pobres. O Papa ainda recorda que:

“A vocação é dom e tarefa, fonte de vida nova e de verdadeira alegria.”

Como fruto deste Mês Vocacional, podemos promover em nossas paróquias o Serviço de Animação Vocacional (SAV). Se ele ainda não existe, é hora de implantá-lo; se já existe, devemos fortalecê-lo. É importante oferecer plantões de escuta e acolhimento, para orientar aqueles que sentem o chamado, possibilitando conversas com o padre da paróquia e, se for o caso, encaminhamentos ao SAV arquidiocesano.

Intensifiquemos nossas orações por todas as vocações. Peçamos ao Senhor da Messe que envie operários para a sua messe, pois “a messe é grande e os operários são poucos”. Que não falem sacerdotes, para levar adiante a Palavra e a Eucaristia; que não falem catequistas corajosos, dispostos a formar discípulos de Cristo; que não falem religiosos e religiosas que, com sua vida consagrada, animam e encorajam a comunidade; e que não falem homens e mulheres dispostos a formar famílias sólidas, sendo sal da terra e luz do mundo.

Segue abaixo uma oração que podemos rezar todos os dias ao longo deste mês, pedindo ao Senhor boas e santas vocações:

“Jesus, Mestre Divino, que chamastes os apóstolos para vos seguirem, continuei a passar pelos nossos caminhos, pelas nossas famílias, pelas nossas escolas, e continuei a repetir o convite a muitos de nossos jovens. Dai coragem às pessoas convidadas, dai forças para que vos sejam fiéis como apóstolos leigos, como sacerdotes, como religiosos e religiosas, para o bem do povo de Deus e de toda a humanidade. Amém!”

(Papa Paulo VI)

Que Deus nos abençoe, e que a Virgem Maria, Mãe das Vocações, acompanhe e direcione os passos de todos os vocacionados, para que façam a escolha certa segundo o coração de Deus.

SUPERACÇÃO

Estado inicia adesão de municípios a programa de combate à pobreza

O Governo do Estado de São Paulo deu início ao processo de adesão dos municípios ao programa SuperAção SP, que tem como objetivo romper o ciclo da pobreza em todo o Estado.

Durante reunião no Palácio dos Bandeirantes ontem, o governador Tarcísio de Freitas detalhou as bases do programa a prefeitos, prefeitas e primeiras-damas de 49 municípios elegíveis à nova iniciativa, segundo critérios como concentração de pobreza, Produto Interno Bruto (PIB) local e taxa de ocupação.

As cidades atendidas durante esta primeira onda do SuperAção SP, nas regiões Metropolitana de São Paulo, Campinas, Sorocaba e Baixada Santista, concentram os maiores índices de vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, apresentam potencial de desenvolvimento socioeconômico. Cerca de 105 mil famílias, identificadas a partir de busca ativa no Cadastro Único (CadÚnico), serão beneficiadas até 2026.

“O SuperAção é uma das prioridades em nosso governo e não vai funcionar sem a parceria com os municípios. Por isso, fortalecemos nosso sistema de assistência social para chegar lá na ponta, onde as pessoas de fato vivem. Queremos que os cidadãos conquistem direitos sociais, por meio de renda e aumento de poder aquisitivo. Construímos um programa que proporcionasse uma aliança para direitos sociais, transferência direta e inclusão produtiva”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

A apresentação reuniu ainda a primeira-dama e presidente do Fundo Social do Estado, Cristiane Freitas e a secretária de Estado do Desenvolvimento Social, Andrezza Rosalém.

Com investimento inicial de R\$ 500 milhões para operacionalização do programa, o SuperAção SP reúne o orçamento de 29 políticas públicas de diferentes secretarias em uma jornada completa de atendimento às famílias em vulnerabilidade social. Estão sendo disponibilizados R\$ 110 milhões em cofinanciamento para os municípios que aderirem ao programa. Os recursos poderão ser usados para implantar ou ampliar serviços socioassistenciais como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referên-

cia Especializado de Assistência Social (CREAS), serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, Centros de Convivência para Idosos e atendimento domiciliar, entre outros.

O programa oferece uma rede de suporte técnico e institucional, fortalecendo a capacidade das prefeituras de atuar na superação da pobreza e na inclusão produtiva. O sistema contribuirá ainda para aprimorar a governança, centralizar informações e otimizar o uso dos recursos municipais.

Além disso, as cidades contempladas receberão capacitação técnica, ferramentas de gestão informatizada e suporte contínuo para a implementação das ações. “Os municípios são peças-chave para o êxito do SuperAção SP. A implementação em ondas nos permitirá avançar de forma consistente no enfrentamento da pobreza e na promoção da inclusão produtiva”, afirmou a secretária Andrezza Rosalém.

TRABALHO COM AS FAMÍLIAS

As famílias serão acompanhadas por até dois anos por agentes de superação, com planos personalizados que incluem auxílios financeiros, bonificações por metas cumpridas, acesso facilitado a políticas públicas nas áreas de saúde, educação, habitação, assistência social e geração de renda.

O SuperAção SP se baseia em duas trilhas de atendimento. A primeira, de proteção social, é voltada a famílias com barreiras severas de inclusão, como dependência de cuidados, idade avançada ou baixa escolaridade. Já a trilha de superação da pobreza atende famílias com perfil ativo para o mercado de trabalho.

Para garantir o acompanhamento personalizado, estão em fase de contratação os primeiros 150 Agentes de SuperAção. Os profissionais visitarão as famílias para elaborar planos de desenvolvimento individualizados e conectá-las a serviços e oportunidades de emprego e renda. O processo está sendo conduzido em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), após a realização de uma concorrência, e tem previsão de início das atividades em setembro.

FUNDAÇÃO SEADE

SP gera 2 mil empregos por dia no 1º semestre de 2025

O estado de São Paulo criou 350 mil vagas de emprego com carteira assinada no primeiro semestre deste ano, o equivalente a 2 mil por dia. Os dados são da Fundação Seade, com base nas informações do Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No acumulado de 12 meses (de julho de 2024 a junho de 2025), foram 425 mil oportunidades. Só no mês de junho, o saldo foi de mais de 40 mil novos postos de trabalho.

Em todos os períodos, houve crescimento na criação de vagas de emprego no estado: 0,27% em junho, 2,44% no semestre e 2,99% no acumulado de 12 meses.

Além disso, o estado criou 24% do total de vagas com carteira assinada do país em junho, 27% do total no semestre e 27% em 12 meses. Assim, São Paulo se consolida como a unidade da Federação que tem maior saldo de vagas do país.

SETORES COM MAIS CONTRATAÇÕES

O setor de Serviços foi o responsável por criar o maior número de vagas de emprego em junho. Veja os setores com melhor desempenho:

- Serviços: 23.013
- Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas: 12.709
- Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas: 9.109

- Atividades Administrativas e Serviços Complementares: 8.294
- Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura: 6.378
- Saúde Humana e Serviços Sociais: 6.341
- Transporte, armazenagem e correio: 4.767
- Alojamento e alimentação: 3.196
- Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas: 2.404
- Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais: 1.313
- Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados: 1.252
- Outros serviços: 1.027

- Construção: 947
- Informação e Comunicação: 684
- Indústria geral: 642
- Indústrias de Transformação: 483

SALÁRIO MÉDIO

Em junho, o estado de São Paulo teve o maior salário médio de admissão do país, de R\$ 2.588,70, seguido por Distrito Federal (R\$ 2.415,44), Santa Catarina (R\$ 2.325,53) e Rio de Janeiro (R\$ 2.320,55). No Brasil, o salário médio no período ficou em R\$ 2.278,37. O Sudeste foi a região com maior valor no país (R\$ 2.439,21). O aumento do salário em São Paulo foi de 1,35% em relação a maio e 1,05% em relação a junho de 2024.

PRESO NA BOLÍVIA

Tuta, chefeão do PCC será levado para prisão de segurança máxima

Apontado como uma das lideranças do PCC, Marcos Roberto de Almeida, conhecido como Tuta, será transferido para um presídio de segurança máxima do Estado de São Paulo. A decisão foi publicada pelo Tribunal de Justiça no dia 31 de julho. Segundo o TJ, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) irá determinar para qual unidade. Procurada, a SAP disse que ele ainda não deu entrada no sistema prisional.

Tuta foi preso na Bolívia em maio deste ano após tentar renovar sua identidade boliviana usando um documento falso do Brasil. A ação ocorreu durante uma operação conjunta com a Polícia Federal (PF).

A época, ele estava foragido desde 2020 e chegou a ser considerado o “número 1” da facção entre os líderes que não estavam presos. Apesar de ter perdido es-

se status, ele ainda mantém influência na cúpula do PCC.

Ele foi condenado pela Justiça de São Paulo no ano passado a 12 anos e seis meses de prisão por lavagem de dinheiro e associação criminosa, resultado da Operação Sharks, que investiga como o PCC lava o dinheiro obtido com o tráfico de drogas e outras atividades criminosas - cerca de R\$ 1,2 bilhão foram enviados para o exterior com a ajuda de Tuta.

Tuta também foi alvo de mandados de prisão em 2020 e em 2023 na mesma operação, mas nunca foi encontrado. Segundo uma apuração da Corregedoria da PM paulista, ele foi uma das pessoas que recebiam informações privilegiadas de policiais da Rota sobre operações que ainda seriam deflagra- das. Os detalhes do esquema foram revelados após a morte do

delator Antônio Vinícius Gritzbach no ano passado

Tuta já foi adido comercial do consulado de Moçambique em Belo Horizonte (MG). O país africano se tornou uma alternativa de rota do tráfico nos últimos. Em 2021, a PF apreendeu 5 toneladas de cocaína no Porto do Rio. A droga faria escala em Moçambique e teria a Espanha como destino final.

De acordo com o promotor Lincoln Gakiya, especialista no enfrentamento ao PCC, a facção espalhou a informação falsa nos últimos anos de que Tuta estava morto. Tudo não passava de um estratégia para que o Ministério Público e a Justiça não o incomodassem durante a elaboração de um plano de fuga para tirar da cadeia Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, que está preso desde 1999 e é a liderança máxima do PCC.

"Ele (Tuta) inclusive chegou a ser dado como morto pelo próprio PCC por ter tido má conduta na gestão da facção. Depois, descobrimos que era uma contrainformação dada pelo próprio PCC para que as autoridades policiais e o Ministério Público não incomodassem mais o Tuta, uma vez que ele estava incumbido do plano de resgate do Marcola", disse Gakiya ao Estadão.

Ainda segundo o promotor, o criminoso também foi um dos principais nomes do PCC que estavam em liberdade durante os ataques de maio de 2006 em São Paulo. À época, insatisfeita com transferências de seus líderes para penitenciárias mais rígidas, a facção atacou delegacias, prédios públicos e ateou fogo em ônibus. No total, 564 pessoas foram mortas no Estado, entre elas 59 agentes públicos.

Nota

ESTADO DE SÃO PAULO REGISTRA QUASE 23 MIL OCORRÊNCIAS COM ESCORPIÕES

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES SP) alerta a população para o aumento de acidentes com escorpiões e outros animais peçonhentos no território paulista. Até 5 de agosto, foram

registradas 22.850 ocorrências envolvendo apenas escorpiões, resultando em um óbito. Para dar transparência, a SES conta com o painel de monitoramento de acidentes por animais peçonhentos. A ferramenta permite que a população acompanhe, semanalmente, o número destas ocorrências por tipo de acidente, por serpentes, abelhas, escorpiões,

entre outras. O estado conta hoje com 228 Pontos Estratégicos de Soro Antiveneno (PESAs), distribuídos estrategicamente para reduzir o tempo entre a picada e o atendimento, especialmente no caso de crianças de até 10 anos. Esses locais estão preparados para tratar acidentes com animais peçonhentos e possuem soro antiescorpiônico. Em caso

de picada, a recomendação é procurar imediatamente a unidade de saúde mais próxima. Levá-lo ao animal ou uma foto pode ajudar na identificação, mas não é necessário capturá-lo. Acidente escorpiônico ou escorpionismo é o envenenamento causado pela picada de escorpião que injeta veneno por meio de um ferrão localizado na ponta da cauda.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 131ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 131ª Emissão da Canal Companhia De Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do "Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Dos Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 131ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização Devidos Pela Cooperativa De Energia Cotas" ("Termo De Securitização"), firmado junto à Planner Corretora de Valores S.A, instituição financeira inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54 ("Agente Fiduciário"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 27 de agosto de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar ou não a alteração da Conta Vinculada (conforme definida nos Documentos da Operação), que passará a ser mantida junto à Vórt Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (código 310); (ii) Aprovar ou não a concessão de waiver para que não seja configurado Evento de Recuperação Compulsória Não Automática, nos termos da Cláusula 6.1.2, subitem (a), do Instrumento Particular De Cessão De Créditos Imobiliários E Outras Avenças ("Contrato de Cessão"), em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de disponibilizar ata da Aprovação Societária Cedente (conforme definido nos Documentos da Operação) devidamente registrada na JUCESP, conforme previsto na Cláusula 7.1, subitem (h), alínea "v", do Contrato de Cessão; (iii) Aprovar ou não a concessão de waiver para que não seja configurado Evento de Recuperação Compulsória Não Automática, nos termos da Cláusula 6.1.2, subitem (a), do Contrato de Cessão, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de enviar relatório mensal descritivo de avaliação de obras da UTE Uruguaiana, bem como descritivo dos custos incorridos no respectivo mês, conforme previsto na Cláusula 7.1, subitem (h), alínea "viii", do Contrato de Cessão; (iv) Aprovar ou não a concessão de waiver para que não seja configurado Evento de Recuperação Compulsória Não Automática, nos termos da Cláusula 6.1.2, subitem (a), do Contrato de Cessão, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de comprovar a Alienação Fiduciária de Cotas junto ao Escriturador e a B3, conforme previsto na Cláusula 3.1.2 do Instrumento Particular De Alienação Fiduciária De Cotas Em Garantia E Outras Avenças ("Alienação Fiduciária de Cotas"); (v) Aprovar ou não a concessão de waiver para que não seja configurado Evento de Recuperação Compulsória Não Automática, nos termos da Cláusula 6.1.2, subitem (a), do Contrato de Cessão, em razão do cumprimento intempestivo da obrigação não pecuniária de comprovar a liberação da cessão fiduciária constituída sobre os Créditos Cedidos Fiduciariamente em favor da PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., conforme previsto nas Cláusulas 1.1.2 e 1.1.2.1 do Instrumento Particular De Cessão e Promessa De Cessão Fiduciária De Direitos Creditórios Em Garantia E Outras Avenças ("Contrato de Cessão Fiduciário do Projeto"); (vi) Aprovar ou não a concessão de waiver para que não seja configurado Evento de Recuperação Compulsória Não Automática, nos termos da Cláusula 6.1.2, subitem (a), do Contrato de Cessão, em razão do cumprimento intempestivo da obrigação não pecuniária de comprovar a liberação da alienação fiduciária constituída sobre as Cotas Aliénées Fiduciariamente em favor da PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., conforme previsto na Cláusulas 5.2.2 do Contrato de Cessão, bem como na Cláusula 1.1.2 da Alienação Fiduciária de Quotas; (vii) Caso aprovados os Itens (ii) a (iv) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 30 dias, contados da formalização da Ata de Assembleia, para regularização dos referidos descumprimentos; e (viii) Caso aprovados os Itens acima, autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail agentefiduciario@vort.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial de Investidores dos CRI – CRI SINART 150", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (d) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação no AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores dos CRI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 07 de agosto de 2025

Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA, DA 150ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, LASTREADO EM CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS DEVIDOS PELA NTRS NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO DE SALVADOR S/A LTDA.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única, da 150ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41 a 46, Bairro Jardim Paulista, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 150ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia De Securitização, Lastreado em Créditos Imobiliários Devidos pela NTRS Novo Terminal Rodoviário de Salvador S/A Ltda" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores dos CRI, a realizar-se no dia 25 de agosto de 2025, segunda-feira, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital. A Assembleia Especial de Investidores dos CRI será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital de Convocação. A Assembleia Especial de Investidores dos CRI será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a alteração da redação da Cláusula 8.1, item (xx) do TERMO DE EMISSÃO DE NOTAS COMERCIAIS ESCRITURAIAS e seus aditamentos, para constar, conforme abaixo o descrito: 8.1. (xx) assunção pela Emitente de novas obrigações financeiras, captação de recursos no mercado local ou internacional, financeiro ou de capitais, concessão de mútuos e/ou empréstimos assim como a outorga de garantias em favor de terceiros, sem a prévia autorização dos titulares do CRI, ressalvado se a nova captação financeira for destinada à quitação de parte ou totalidade das obrigações financeiras assumidas no presente TERMO DE EMISSÃO DE NOTAS COMERCIAIS ESCRITURAIAS ("Amortização Extraordinária Facultativa")." (ii) Conceder waiver para a suspensão da obrigatoriedade da apresentação das certidões trabalhistas estaduais de 2ª Instância pelos Avalistas Pessoas Físicas, conforme Cláusula 9.1 do Termo de Emissão de Notas Comerciais, no prazo estabelecido em referida cláusula. (iii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Alienação Fiduciária. Instruções Gerais: A Assembleia Especial de Investidores dos CRI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial de Investidores dos CRI para o e-mail asf@canalsecuritizadora.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial de Investidores dos CRI – CRI SINART 150", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial de Investidores dos CRI. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores dos CRI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 05 de agosto de 2025.

Nathalia Machado Loureiro - Diretora

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS EM SÉRIE ÚNICA DA 52ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em série única da 52ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulista, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 11.2 do "Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Da Série Única Da 52ª Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Companhia Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Supermercado Real De Batatas Ltda.", ("Termo De Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 25 de agosto de 2025, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste Edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de março de 2025; (ii) Ratificar, para todos os fins de direito, as deliberações tomadas na Assembleia Geral de Titulares do CRI, realizada em 14 de maio de 2025, conforme registradas em ata, de modo a assegurar sua plena validade e eficácia; (iii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A Assembleia Especial de Investidores dos CRI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial de Investidores dos CRI para o e-mail agentefiduciario@vort.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial de Investidores dos CRI – CRI REAL SUPERMERCADO 52", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial de Investidores dos CRI. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores dos CRI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 05 de agosto de 2025.

Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

CONGRESSO

Senado terá sessão remota e Motta deve punir bolsonaristas

PEPITA ORTEGA E NAOMI MATSUI/AE

Os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reagiram às ações da oposição bolsonarista para impedir o funcionamento das duas Casas em meio à pressão pela aprovação do PL da Anistia e do impeachment do ministro Alexandre de Moraes. Hugo Motta anunciou que deputados que impedirem votações serão suspensos do mandato. Enquanto isso, Davi Alcolumbre determinou a reali-

zação de sessão remota do Senado hoje, às 11h. "Não aceitarei intimidações nem tentativas de constrangimento à Presidência do Senado. O Parlamento não será refém de ações que visem desestabilizar seu funcionamento", afirmou Alcolumbre. A sessão remota de hoje, será feita para votar a medida provisória que aumenta a isenção do imposto de renda para até dois salários mínimos. "A decisão tem por objetivo garantir o funcionamento da Casa e impedir que a pauta legislati-

va, que pertence ao povo brasileiro, seja paralisada. (...) A democracia se faz com diálogo, mas também com responsabilidade e firmeza", escreveu. A nota de Alcolumbre vem depois de uma reunião realizada com líderes partidários para debater uma reação à obstrução feita por senadores da oposição. Parlamentares aliados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ocuparam a Mesa Diretora do Senado depois da decretação da prisão domiciliar do ex-presidente. Segundo o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), o presidente

da Casa indicou que os deputados que o impedirem de assumir a cadeira no plenário serão suspensos. De acordo com o líder do PDT, Mário Heringer (MG), a suspensão deve ser de seis meses. Motta indicou ainda que os deputados que tentarem lhe impedir de presidir a sessão podem ter os nomes enviados para o Conselho de Ética, destacou Lindbergh. Segundo Mário Heringer, até a polícia legislativa pode ser acionada em caso de resistência dos Deputados da oposição.

GOLPISTA

STF condena a 17 anos mecânico que sentou na 'cadeira do Xandão'

NINO GUIMARÃES/AE

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal condenou ontem, o participante do ato golpista de 8 de janeiro que sentou em cadeira atribuída ao ministro Alexandre de Moraes, a 17 anos de prisão. O mecânico Fábio Alexandre de Oliveira, de 45 anos, foi filmado sentando-se em uma das cadeiras do plenário do STF durante a invasão ao prédio. "Cadeira do Xandão aqui. Aqui, ó vagabundo. É o povo que manda nessa p...a, ca...lho", disse Fábio de Oliveira. Para o ministro Alexandre de Moraes, "os elementos probatórios demonstram que o acusado Fábio Alexandre de

Oliveira teve efetivo envolvimento na empreitada criminosa. As provas reunidas apontam para a sua adesão consciente e voluntária ao movimento de caráter golpista, o qual fomentou e executou os ataques às sedes dos Três Poderes". O ministro defendeu a condenação do manifestante pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado e associação criminosa armada. O voto do ministro Alexandre de Moraes foi acompanhado integralmente pelo ministro Flávio Dino. O ministro Cristiano Zanin acompanhou o rela-

tor, mas apresentou ressalvas na dosimetria, propondo uma redução da pena para 15 anos de privação de liberdade. Até o momento, o único ministro a apresentar divergência foi Luiz Fux, que defendeu que fosse retirado o crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, o que reduziria a pena para 11 anos e 6 meses de detenção. Para o ministro, o ato executório do crime de golpe de Estado absorve o crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, inclusive na modalidade tentada. A ministra Cármen Lúcia ainda não havia se manifestado até o final do julgamento, prevalecendo a posição do relator. Em voto de 92 páginas, Mo-

raes sustentou que 'está comprovado, tanto pela ampla investigação realizada pela Polícia Federal quanto pelas provas documentais e audiovisuais constantes dos autos - incluindo vídeo amplamente divulgado, fotografias e mensagens de texto extraídos de seu aparelho celular, além de declarações prestadas - que Fábio Alexandre De Oliveira participou ativamente das manifestações antidemocráticas que antecederam os eventos de 8 de janeiro de 2023, aderindo, desde então, ao intento golpista'. O defesa de Fábio argumentou 'ausência de foro por prerrogativa de função' para que o seguimento da ação no Supremo Tribunal Federal.

DETIDO NO RIO

Moraes mantém prisão do general golpista Walter Braga Netto

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem manter a prisão do general Braga Netto. General da reserva e vice na chapa de Jair Bolsonaro em 2022, o militar está preso em instalações do Exército no Rio de Janeiro desde dezembro do ano passado

sob a acusação de obstruir a investigação sobre a tentativa de golpe de Estado no país para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na decisão, o ministro rejeitou pedido de soltura feito pela defesa e afirmou que há indícios da participação do general na tentativa de golpe de Estado durante o governo Bolsonaro.

“Ressalto que estão presentes os requisitos do art. 312 [CPP] em relação a Walter Souza Braga Netto, o que justifica a manutenção da custódia cautelar para assegurar a aplicação da lei penal e resguardar a ordem pública, em face de perigo gerado pelo estado de liberdade do custodiado e dos fortes indícios da gravidade concreta dos delitos imputados”, decidiu Moraes.

Durante as investigações sobre a trama golpista, a Polícia Federal identificou que o general, réu por ser um dos principais articuladores do plano golpista, tentou obter dados sigilosos da delação de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. Após a prisão, a defesa negou que Braga Netto tenha obstruído as investigações.

ALTAMIRA

Mais 40 quilos de ouro são apreendidos pela PRF; carga é avaliada em R\$ 20 mi

CAIO POSSATI/AE

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu ontem, 40 kg de ouro escondidos dentro de uma caminhonete, em Altamira, no Pará. A carga foi avaliada em R\$ 20 milhões, e é considerada a segunda maior da história das rodovias federais. A apreensão aconteceu na BR-230 (Transamazônica). O minério estava sendo transportado em uma caminhonete com quatro

ocupantes - dois adultos, que foram encaminhados à Polícia Federal, além de um adolescente e uma criança. Os menores foram levados para as autoridades competentes, informou a PRF, em nota. A apreensão acontece dois dias depois da corporação confiscar 103 quilos de ouro, também escondidos em uma caminhonete, em uma rodovia em Boa Vista, em Roraima. O valor desta carga apreendida foi avaliada em R\$ 62 milhões.

Na somatória das duas apreensões, realizadas em menos de 48 horas, foram mais de 140 quilos do mineral avaliados em mais de R\$ 80 milhões. "Os dois estados onde ocorreram as apreensões fazem parte da Amazônia Legal e sofrem com a degradação do garimpo ilegal, principalmente em territórios indígenas", informou a PRF, em nota. O motorista, identificado como Bruno Mendes de Jesus, foi detido e encaminhado junto

com o material apreendido. No momento da abordagem, sua esposa também estava a bordo da caminhonete. O ouro apreendido em Boa Vista foi localizado em locais ocultos da caminhonete, como fundos falsos de consoles e painel. O advogado de Bruno afirmou que o suspeito tem relações com a atividade de mineração, mas afirma que o minério não pertencia a ele. "Ele só era o motorista".

ATAQUE AO STF

Agente do alto escalão dos EUA ameaça 'aliados de Moraes'

O subsecretário de Diplomacia Pública dos Estados Unidos, Darren Beattie, fez uma ameaça aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de seu X ontem. Compartilhando publicação do Departamento de Estado dos EUA - órgão equivalente ao Itamaraty - que condena a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), ele pediu para que outros magistrados não apoiem Alexandre de Moraes "Os aliados de Moraes na Suprema Corte e em outros lugares são fortemente aconselhados a não auxiliar ou encorajar o comportamento sancionado de Moraes", escreveu o funcionário de alto escalão dos EUA. Beattie ainda definiu Moraes como "o principal arquiteto do complexo de censura e perse-

guição direcionado a Bolsonaro e seus apoiadores" e afirmou que "os flagrantes abusos de direitos humanos cometidos por Moraes lhe renderam uma sanção Global Magnitsky do presidente Trump". O ministro foi alvo de sanções via Lei Magnitsky. O dispositivo americano impede Moraes de acessar o país, de movimentar bens nos Estados Unidos e de ter acesso a serviços de empresas americanas. Até o momento, a norma só tinha sido usada para punir violadores de direitos humanos, ditadores e criminosos. O objetivo do governo dos EUA, ao aplicar as sanções, era interferir no julgamento que investiga a participação de Jair Bolsonaro na tentativa de golpe de Estado.

CÂMARA

Boulos pede que bolsonaristas não recebam salário

FELLIPE GUALBERTO/AE

O deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) entrou ontem, com requerimento para que o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) suspenda os salários dos parlamentares bolsonaristas que estão ocupando a mesa diretora da Casa e impedindo as votações. "É verdade que quando os bolsonaristas ficam em silêncio, a Câmara e o Congresso ficam mais salubres, mais saudáveis, mas é verdade, também, que essa turma não quer trabalhar e não quer deixar o Congresso trabalhar", afirma o deputado em vídeo publicado no seu X. "Bem... Quem não trabalha não pode receber salário, por isso eu entrei hoje com um requerimento ao presidente Hu-

go Motta para que faça o corte de ponto dos bolsonaristas que não querem trabalhar", finalizou Boulos. Na justificativa do requerimento, Boulos escreve que "a paralisação intencional dos trabalhos legislativos fere o princípio da eficiência da Administração Pública e prejudica a tramitação de projetos que beneficiam diretamente o povo brasileiro". O deputado pede, "no mínimo, a supressão da remuneração relativa aos dias em que, por ação ou omissão dolosa, contribuíram para a paralisação dos trabalhos legislativos". Boulos também afirma que a atitude dos bolsonaristas é "conduta incompatível com o exercício regular do mandato parlamentar" e que eles defendem uma "pauta abertamente antidemocrática".

DEFESA DO STF

Gilmar: democracia constitucional envolve limites

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ironizou ontem a decisão do governo do presidente Donald Trump que cancelou o visto de entrada de ministros da Corte nos Estados Unidos. Durante o lançamento do livro Jurisdição Constitucional da Liberdade para a Liberdade, escrito pelo próprio ministro, o decano no STF disse que a democracia constitucional envolve limites e "não há soberanos". "Nós temos falado em nossos desafios institucionais. Eu já tive a oportunidade de dizer que poderia estar contando (isso) em Roma, Paris e Lisboa,

agora não em Washington", disse o ministro, provocando risos da plateia. Mais cedo, Gilmar Mendes reafirmou apoio a Moraes, que é o relator das ações penais sobre a trama golpista ocorrida no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. No mês passado, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, anunciou que determinou a revogação dos vistos de Moraes, seus familiares e "aliados na Corte". Em seguida, o governo Trump anunciou a Lei Magnitsky contra Alexandre de Moraes. A norma norte-americana prevê a aplicação de restrições para quem é considerado violador de direitos humanos.

Nota

STF DEFINE PRAZO DE SEIS MESES PARA REGISTRO DE FEDERAÇÕES PARTIDÁRIAS

O Supremo Tribunal Federal confirmou ontem que o prazo de registro de federações partidárias na Justiça Eleitoral

é de seis meses antes das eleições. Por maioria de votos, a Corte manteve liminar proferida em 2022 pelo ministro Luís Roberto Barroso para validar as mudanças legislativas que permitiram a criação das federações, mas

estabeleceu o prazo de registro de seis meses. Antes da decisão do ministro, o prazo para registro das federações estava baseado na data final das convenções partidárias, que ocorrem dois meses antes das eleições. A lei

que criou as federações partidárias foi aprovada em agosto de 2021 no Congresso. Com a norma, os partidos que se unirem em uma federação podem apoiar candidaturas para qualquer cargo que estará em disputa.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278

publicidade@diariodoacionista.com.br

